

**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

1 Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h00min,
2 o Sr. Rodrigo Araújo Rodrigues – Diretor-Geral da Secretaria do Desenvolvimento
3 Sustentável (SEDEST), na condição de Presidente do Conselho Estadual de
4 Recursos Hídricos (CERH), deu início à 13ª Reunião Extraordinária do CERH,
5 realizada em formato híbrido, com participação presencial na sede da SEDEST e
6 acesso remoto por meio da plataforma digital Zoom. Na abertura, o Presidente
7 agradeceu a presença de todos os conselheiros e passou a palavra ao Secretário
8 Executivo, solicitando que, ao confirmar a presença dos membros, fosse também
9 confirmado o recebimento dos documentos enviados previamente, incluindo a Ata
10 da 12ª Reunião Extraordinária do CERH, ocorrida em 07 de agosto de 2025, bem
11 como o Plano de Aplicação para o período de 2025 e 2026 e a carta encaminhada
12 pelo Ministério Público Federal. O Presidente destacou, ainda, a importância de
13 conduzir a reunião de forma dinâmica, evitando repetições desnecessárias. Em
14 seguida o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da Silveira, procedeu à verificação
15 de quórum e confirmação do recebimento dos documentos, destacando que,
16 conforme previsão regimental, realizaria a chamada nominal de acordo com as
17 instituições representadas no CERH, com a finalidade de verificar o número de
18 participantes e assegurar o quórum necessário para legitimar o início das
19 atividades técnicas da reunião. Presencialmente na Sede da SEDEST
20 compareceram os seguintes Conselheiros: 1) Sr. Rodrigo Araújo Rodrigues –
21 Diretor-Geral da SEDEST, atuando como Presidente do CERH; 2) Sra. Danielle
22 Teixeira Tortato – Gestão de Recursos Hídricos do Instituto Água e Terra (IAT).
23 Ainda presencialmente, na condição de ouvintes, participaram: Sr. Paulo Sérgio
24 Nogueira (DISAR/IAT), Sr. Roberto Machado Corrêa (DISAR/IAT), Sr. Alex Justus
25 da Silveira (Secretário Executivo do CERH), Sra. Valéria Santana Santos e Sr.
26 Márcio Moro, ambos assessores da Secretaria Executiva do Conselho.
27 Remotamente, estiveram presentes os seguintes conselheiros: 3) Sr. Antônio
28 Ricardo Lorenzon, representando a SEAB; 4) Sra. Camila Mileke Scucato,
29 representando a SECID; 5) Maria Inês Prevedello representando a SEIL; 6) Sr.
30 Fabricio Miyagima, representando a SEPL; 7) Sra. Tatiana Nasser, representando
31 a SETU; 8) Sra. Izabella Andrade Brito, representando a Casa Civil; 9) Sr. Marcelo
32 Cesar Maciel, representando a PGE; 10) Sr. Rodrigo Felipe Rocha, representando
33 a COHAPAR; 11) Sr. Milton Luiz Brero de Campos, representando a AMEP; 12) Sr.
34 Amauri Ferreira Pinto, representando o IDR, 13) Sr. Hermam Vargas Silva,
35 representando a ABAS; 14) Sr. Paulo Pizzi representando a Mater Natura; 15) Sra.
36 Mônica Irion Almeida, representando a COPEL; 16) Sr. Ibson Gabriel de Campos,
37 representando o Município de Curitiba; 17) Sra. Catherine Penter Gaudeda
38 Machulek Ribas, representante da FAEP; 18) Sr. Silvio Kinski, representado a



**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

39 Ocepar; 19) Sra. Ester Amélia Assis Mendes, representante do Comitê de Bacias
40 COALIAR; 20) Sr. Pedro Luiz Fuentes Dias, representando o Comitê de Bacias do
41 Alto Ivaí; 21) Sra. Ivonete Coelho da Silva Chaves da Diretoria de Licenciamento e
42 Outorgado IA; 22) Sr. Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição representando o
43 CEDEA. Ainda de forma remota, na condição de ouvintes, participaram: Sra.
44 Bianca de Olischevis Lima (DISAR/IAT) e Sr. Alisson Strotkam (FAEP). Concluída
45 a chamada nominal, o Secretário Executivo informou que havia mais de 19
46 representantes presentes na reunião, número que assegura o quórum necessário
47 para legitimar o início das atividades técnicas da presente reunião, conforme
48 disposto no Art. 35 do Regimento Interno do CERH. Em seguida, a palavra foi
49 passada ao Presidente, que, tendo em vista a confirmação do recebimento de todo
50 o material pelos conselheiros, questionou se havia concordância quanto à dispensa
51 da leitura da Ata da 12ª Reunião Extraordinária do CERH. Indagou se algum
52 conselheiro se manifestaria contrariamente à dispensa, não havendo
53 manifestações. Diante disso, o Presidente registrou o consentimento unânime dos
54 membros presentes, declarando dispensada a leitura e, na sequência, submeteu a
55 Ata da 12ª Reunião Extraordinária à apreciação dos conselheiros. Não havendo
56 objeções, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente deu
57 prosseguimento à pauta, passando ao item, referente ao Plano de Aplicação para
58 o período 2025/2026. Destacou que, considerando que o documento foi
59 encaminhado previamente a todos os conselheiros, consultou se havia objeções à
60 dispensa de sua leitura integral, de modo que a matéria pudesse ser apreciada
61 diretamente para aprovação. O Sr. Paulo Pizzi (Mater Natura) solicitou a palavra,
62 cumprimentou todos os presentes e manifestou-se nos seguintes termos: Gostaria
63 de solicitar vistas deste item, com base no artigo 21, parágrafo segundo, e no artigo
64 22, parágrafo único, uma vez que não constam anexados ao processo a ata e o
65 relatório aprovados por relator específico, conforme a determinação contida no
66 parágrafo segundo do artigo 22. Sendo assim, formalizo o pedido de vistas. Solicito
67 que a Secretaria Executiva encaminhe para análise os registros de gravação da
68 reunião, o relatório e a ata das reuniões da CTINS. O Secretário Executivo tomou
69 a palavra e informou que o parecer e a ata aprovados na CTINS encontram-se
70 devidamente instruídos no processo, o qual foi encaminhado na segunda-feira.
71 Esclareceu que o processo consta na página 42 e que o parecer e a ata aprovados
72 na CTINS estão registrados no movimento 20, folhas 31 a 41. O Secretário
73 Executivo destacou que, caso os conselheiros desejem, pode-se proceder à leitura
74 do parecer, com o objetivo de evitar a necessidade de pedido de vistas, uma vez
75 que a documentação já se encontra devidamente instruída nos autos. Nesse
76 momento, o Sr. Paulo Pizzi pediu a palavra para registrar suas desculpas,

**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

77 esclarecendo que não havia verificado especificamente o item mencionado e
78 reconhecendo que a documentação citada já consta devidamente no processo. O
79 Presidente manifestou-se em seguida, agradecendo o esclarecimento e afirmou:
80 “Sem problemas, Paulo”. Dando sequência à reunião, o Presidente propôs que
81 fosse realizada a aprovação do item, consultando os conselheiros quanto à
82 existência de manifestações contrárias, dúvidas ou observações. Não havendo
83 manifestações, o Presidente declarou aprovada a Ata da 12ª Reunião
84 Extraordinária, bem como o Plano de Aplicação do período 2025/2026. Na
85 sequência, informou que passaria à análise do Item 3.1 da pauta. Em seguida, o
86 Sr. Ricardo Lorenzon, representante da SEAB, solicitou a palavra e dirigiu-se ao
87 Presidente: Senhor Presidente, eu precisaria apenas de um esclarecimento.
88 Procurei algumas informações a respeito dos critérios para elaboração e utilização
89 dos recursos do Fundo e localizei apenas uma resolução de 2015. Contudo, não
90 tive acesso ao manual, pois o link disponível ainda se encontra vinculado ao antigo
91 Instituto das Águas e não ao IAT. Gostaria, portanto, que, em momento oportuno,
92 pudesse ser encaminhada a regulamentação atualizada referente aos critérios de
93 utilização do Fundo, pois encontrei certa dificuldade em localizar esse material.
94 Verifiquei que a legislação trata de aspectos como quantidade e qualidade da água,
95 aumento de vazão e possibilidade de pagamento por serviços ambientais, mas
96 percebo que algumas ações talvez não apresentem relação direta com esses
97 objetivos. Assim, peço que seja encaminhada a regulamentação vigente para
98 melhor compreensão dos critérios de aplicação dos recursos. Obrigado. O
99 Presidente, Sr. Rodrigo Araújo Rodrigues, respondeu: Fica registrado o destaque. Será
100 encaminhado ao senhor todo o material solicitado, contendo as informações sobre os
101 critérios de utilização do Fundo. Caso haja eventuais dúvidas, podemos agendar uma
102 reunião presencial aqui na SEDEST para tratarmos do assunto com mais detalhes. Com
103 a palavra, o Sr. Luiz Arthur Klaus Gineste da Conceição representante do CEDEA,
104 destacou que a ata e o relatório não foram aprovados, esclarecendo que o referido
105 relatório foi incluído no processo no dia 29 e encaminhado aos conselheiros quatro dias
106 antes desta reunião. Ressaltou ainda que o relatório foi elaborado no dia 25 pelo
107 Presidente, e que, na reunião anterior, não houve a aprovação do referido documento.
108 Informou ser membro da CTINS e afirmou que o Conselheiro Paulo Pizzi, do Mater Natura,
109 tem razão em sua colocação, considerando o que dispõe o Regimento Interno. Concluiu
110 reiterando que o relatório não foi aprovado, agradecendo a atenção. Com a palavra o
111 Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da Silveira, esclareceu que o Presidente da CTINS
112 não pôde estar presente na reunião, mas informou que o parecer e a ata foram
113 devidamente aprovados, conforme registrado na respectiva ata que instrui o processo, e
114 ressaltou que a convocação da reunião foi realizada dentro do prazo regimental de cinco
115 dias de antecedência. Explicou, ainda que, em razão da aprovação do parecer e da ata



**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

116 ter ocorrido apenas na quinta-feira anterior, os documentos foram inseridos no processo
117 na segunda-feira subsequente. Acrescentou que foi encaminhado e-mail aos conselheiros
118 informando que, em complementação aos documentos previamente enviados, estavam
119 sendo incluídos os documentos complementares do referido processo. Por fim, destacou
120 que discorda da manifestação do Conselheiro, reiterando que a ata e o parecer foram
121 devidamente aprovados na reunião da CTINS, conforme consta na data especificada no
122 registro oficial e no documento que instrui o processo. O Sr. Luiz Arthur Klas Gineste da
123 Conceição voltou a se manifestar, afirmando: O parecer não foi aprovado, presidente, até
124 porque, na ata anterior, ficou registrado que deveria constar nos veículos a informação
125 correspondente. O Presidente confirmou: “Sim, o adesivo.” O Sr. Luiz Arthur prosseguiu:
126 Na reunião anterior, nós deliberamos sobre isso e foi aprovado, porém o relatório ainda
127 não havia sido aprovado. É nesse ponto que reside a minha colocação. Neste momento,
128 o Presidente, Sr. Rodrigo Araújo Rodrigues, solicitou ao Secretário Executivo que
129 realizasse o compartilhamento do parecer para conferência dos conselheiros, informando:
130 Vamos aproveitar que estamos com quórum completo para proceder à votação e dar
131 sequência aos trabalhos. Na sequência, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da
132 Silveira, apresentou esclarecimentos, destacando: O parecer, inclusive, que foi aprovado,
133 dispõe o seguinte: conforme mencionado, em 25 de setembro de 2025 ocorreu a 13ª
134 Reunião da CTINS, reunião esta que submeteu o presente parecer à deliberação pelos
135 membros da Câmara. Na ocasião, o representante do CEDEA sugeriu que os veículos a
136 serem adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, conforme
137 previsto no Plano de Aplicação ora em análise, fossem caracterizados com alguma
138 identificação que indicasse terem sido adquiridos com recursos do referido Fundo. Essa
139 recomendação foi compartilhada pelos demais membros da CTINS presentes e aprovada
140 por unanimidade, conforme registrado na ata da 13ª reunião da CTINS. Portanto, o
141 conteúdo da deliberação está devidamente registrado, Conselheiro Arthur. Em seguida, o
142 Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição reiterou: Secretário, repito: esse
143 relatório não foi aprovado. Foi aprovada apenas a ata. O Regimento Interno determina
144 que o relatório também deva ser aprovado especificamente. Com a palavra, o Sr. Pedro
145 Luiz Fuentes Dias, trouxe uma questão de ordem, destacando: Considerando que
146 estamos com o Plenário completo, sugiro que seja realizada a leitura do relatório e, em
147 seguida, sua aprovação pelo Plenário, o que substituiria a aprovação do relatório pela
148 CTINS. Dessa forma, a situação fica regularizada, visto que o Plenário é superior à
149 Câmara da CTINS. É apenas uma questão de ordem: dar a leitura do relatório e, na
150 sequência, aprová-lo. Apenas queria colocar outra questão de ordem, por favor, estou me
151 manifestando. Quando se coloca a matéria em aprovação, é nesse momento que todos
152 devem se manifestar. A matéria já estava aprovada, mas, se votarmos novamente, haverá
153 voto vencido desnecessariamente. Não sou contra o pedido do Conselheiro Paulo Pizzi
154 nem à palavra do Conselheiro Arthur; apenas quero manter a ordem dos trabalhos. A
155 ordem correta é a seguinte: se já aprovamos, e o relatório da CTINS não foi aprovado,
156 devemos agora deliberar especificamente sobre o relatório da CTINS — aprová-lo ou



**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

157 rejeitá-lo. Sugiro que se proceda à leitura integral do relatório e, em seguida, sua
158 aprovação ou reprovação pelo Plenário, uma vez que o Plenário é superior à CTINS. O
159 Presidente, Sr. Rodrigo Araújo Rodrigues, direcionou os trabalhos: Conselheiro Pedro
160 Dias, vamos dar sequência à leitura do relatório e, em seguida, colocá-lo em votação. Em
161 seguida, o Sr. Ricardo Lorenzon complementou: Confirmando o que foi mencionado,
162 acredito que a CTINS não deveria aprovar as matérias de forma definitiva. Quem aprova
163 é o Conselho. Assim, os relatórios da CTINS deveriam vir acompanhados de argumentos
164 favoráveis ou desfavoráveis, permitindo que o Plenário pudesse deliberar. Dessa forma,
165 evita-se que a CTINS se torne um 'mini Conselho' e que o Conselho apenas homologue
166 suas decisões. O Presidente retomou a palavra e orientou: Vamos proceder com a leitura
167 do relatório para, em seguida, realizar a votação e concluir este item. Com a palavra, o
168 Secretário Executivo, que fará a leitura do relatório. Lido o relatório, foi colocado em
169 votação pelo Presidente, Sr. Rodrigo Araújo Rodrigues, que orientou: Aqueles que não
170 concordarem, que se manifestem; quem concordar, permaneça em silêncio. Diante da
171 ausência de manifestações contrárias, o Plenário aprovou o item 3.1 da pauta, sendo
172 aprovado o Plano de Aplicação 2025/2026 e o relatório da CTINS. Em seguida, o
173 Presidente passou ao item 3.2, relativo à informação sobre correspondência do Ministério
174 Público Federal, esclarecendo que todos os conselheiros foram informados e receberam
175 a referida correspondência. Na sequência, foi aberto o item 4 – Assuntos Gerais / Tribuna
176 Livre, sendo solicitado aos inscritos via chat que manifestassem suas considerações sobre
177 outros assuntos de interesse do Conselho. O Conselheiro Luiz Arthur questionou: Só um
178 momento, a vista da Mater Natura foi mantida? O Secretário Executivo respondeu: Foi
179 dispensada. Ele dispensou a vista, foi dispensada a vista pelo próprio Conselheiro Sr.
180 Arthur. O Presidente, Sr. Rodrigo Araújo Rodrigues então comentou: A matéria está
181 superada. O Secretário Executivo reiterou: A matéria está superada. Pedimos que
182 aguarde o momento da Tribuna Livre para se manifestar. Em seguida, o Secretário
183 informou: No início da reunião não foi possível inscrever todos os interessados em
184 participar da Tribuna Livre. Solicito que os interessados registrem agora seu interesse no
185 chat da plataforma Zoom, de modo que os 15 minutos disponíveis possam ser divididos
186 entre todos. Foi registrado como primeiro inscrito o Sr. Herman Vargas Silva,
187 representante da ABAS, que teve a palavra para manifestação na Tribuna Livre e trouxe
188 informações sobre os trabalhos do Grupo de Trabalho sobre Águas Subterrâneas,
189 destacando os seguintes pontos: Ressaltou a importância de acompanhar as discussões
190 sobre águas subterrâneas, uma área ainda pouco explorada pelo Estado, e mencionou
191 que já foram realizadas cinco reuniões do grupo, abordando aspectos legislativos,
192 técnicos e regulatórios. Indicou que a qualidade da água subterrânea é um problema
193 crítico, com contaminação presente principalmente em áreas urbanas, e que é necessário
194 regular a utilização de poços, respeitando a liberdade de escolha e evitando mistura de
195 águas provenientes de diferentes fontes. Informou sobre a colaboração com a AGEPAR
196 na discussão sobre o uso de poços para abastecimento humano, ressaltando que a
197 regulação deve ser feita pelo Estado e pelos municípios, conforme competência

**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

198 constitucional. Destacou que está em andamento a elaboração de uma nova Instrução
199 Normativa para classificação da qualidade da água, em parceria com órgãos como o IAT,
200 e que há necessidade de maior capacitação técnica e educação ambiental nos municípios,
201 incluindo secretarias de agricultura e vigilância sanitária. Discutiu aspectos técnicos da
202 regulação do uso de poços, incluindo: distância entre poços, interferência entre poços,
203 uso do solo, vulnerabilidade dos aquíferos e recarga hídrica, citando redução do nível
204 piezométrico do Aquífero Serra Geral em Maringá como exemplo. Enfatizou a
205 necessidade de atuação conjunta entre Estado e municípios, considerando que o
206 município é responsável pelo saneamento e uso do solo, enquanto o Estado realiza a
207 gestão e fórmula políticas públicas. Solicitou apoio do Conselho, da Presidência e da
208 Secretaria do CERH para contatar a presidência do IAT, visando coordenar a elaboração
209 de um inventário estadual de águas subterrâneas, com apoio das universidades Federal
210 do Paraná, UEL e UTFPR, envolvendo estagiários para coleta de dados. Ressaltou que,
211 em Maringá, há aproximadamente 1.500 poços outorgados, mas estudos indicam que
212 esse número representa apenas 30% dos poços existentes, evidenciando a necessidade
213 urgente do inventário. Por fim, agradeceu à Assembleia Legislativa pela aprovação da
214 legislação que atribui aos geólogos e hidro geólogos a responsabilidade técnica sobre
215 águas subterrâneas, reconhecendo a importância do fortalecimento da atuação
216 profissional e ambiental. Dando sequência, foi passada a palavra ao Conselheiro Luiz
217 Arthur Klas Gineste da Conceição, que manifestou o seguinte: Primeiro, quero manifestar
218 e deixar registrado em ata que houve descumprimento do Regimento Interno, pois o
219 relatório deveria ter sido apreciado previamente pela CTINS, independentemente da
220 deliberação do colegiado geral do Conselho. Além disso, registro que meu microfone foi
221 desligado quando solicitei vistas antes da votação. Portanto, identifico duas
222 irregularidades cometidas pelo Conselho, pela Secretaria Executiva e pelo Presidente do
223 Conselho: a inclusão do relatório no processo no dia 29, quatro dias antes da reunião,
224 sem aprovação pela CTINS, e o corte do meu microfone durante a votação do relatório.
225 Agradeceu o tempo concedido. Na sequência, foi passada a palavra ao Sr. Pedro Luiz
226 Fuentes Dias. Antes disso, o Secretário Executivo registrou que as solicitações
227 encaminhadas por Pedro Dias na semana anterior referentes à composição e presença
228 da Assembleia Legislativa no Conselho, bem como à cobrança pelo uso dos recursos
229 hídricos pelo setor agrícola no Paraná receberam os devidos encaminhamentos e que,
230 em breve, seriam incluídas em pauta para análise pelo Plenário. O Conselheiro Pedro
231 Dias iniciou sua manifestação destacando: Não sei se há alguns minutos adicionais para
232 a Tribuna Livre, mas notei que a Sra. Ester solicitou a palavra, caso seja rápido, pode
233 utilizar um pouco do meu tempo. Quero comentar sobre a oportunidade que o setor de
234 recursos hídricos possui atualmente para criar 'baterias d'água', mais importantes até que
235 as baterias de lítio. Considero relevante também a possibilidade de utilização de
236 processos solares e eólicos em conjunto com a Sanepar, por meio da instalação de
237 pequenas turbinas em reservatórios, gerando energia hídrica limpa. Ressalto a
238 importância de se retomar discussões sobre o Regimento Interno, destacando os papéis

**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

239 do Plenário e das Comissões, a fim de evitar divergências durante a votação das matérias.
240 Apesar do parecer da Câmara Técnica (CTINS) indicar aprovação de determinado
241 relatório, pode haver interpretação divergente por parte de conselheiros, o que gera
242 atrasos e prejudica os encaminhamentos do plano de gestão. Reforço que o Plenário
243 possui autoridade superior às Câmaras Técnicas e, inclusive, poderia alterar ou extinguir
244 a CTINS, se necessário, respeitando o Regimento. Essa estrutura garante maior clareza
245 e segurança nas deliberações. Sobre os dois pontos anteriores: A participação de
246 deputados, considero que devem ser convidados, mas não podem atuar como membros
247 votantes, para evitar riscos legais, como a perda de mandato, situação já observada em
248 alguns conselhos municipais. A presença de representantes do Legislativo deve ocorrer
249 de forma a garantir participação informativa e consultiva, sem comprometer o mandato
250 constitucional dos parlamentares. E com a relação a agricultura, é importante já preparar
251 o setor para a futura cobrança pelo uso da água. Ressalto que o setor agrícola não está
252 preparado para receber essa cobrança de forma imediata, sendo necessário conduzir o
253 processo com cautela e atenção. Destacou também a existência de uma oportunidade
254 estratégica para o Estado e para o setor elétrico brasileiro: a utilização das caixas d'água
255 existentes na natureza algumas delas naturais e outras construídas pelo homem, a
256 maioria das quais correspondem às represas de abastecimento para gerar energia firme.
257 Essa iniciativa pode contribuir para a segurança hídrica e energética, ajudando a fortalecer
258 o sistema elétrico nacional. Agradeceu o espaço concedido. Na Sequência a Sra. Ester
259 representante do COALIAR/SANEPAR, agradeceu a oportunidade de se manifestar e, em
260 razão da questão levantada pelo Sr. Herman, explicou que está falando em nome da
261 Sanepar. Informou que a Sanepar mantém um convênio em andamento com a
262 Universidade Federal do Paraná (UFPR), o LPH e a FUNPAR, para o mapeamento de
263 1.220 poços da SANEPAR em todo o Estado, abrangendo os 11 aquíferos paranaenses.
264 Destacou que já está sendo realizado um levantamento qualiquantitativo desses poços,
265 utilizando metodologia semelhante à adotada pela Itaipu na região sudoeste do Paraná,
266 com tempo de maturação do projeto já significativo. O principal objetivo, dentro do
267 programa Água Segura da Sanepar, é garantir o mapeamento de qualidade e quantidade
268 de água voltado à saúde pública e ao abastecimento público. Convidou o Sr. Herman e
269 demais interessados a participarem dessas discussões, embora ela não esteja
270 formalmente no grupo de hidrogeologia. Disse acreditar ter sido instituído um grupo de
271 Águas Subterrâneas no Conselho, e que a Sanepar já vem com esse convênio, há alguns
272 meses. Por fim, destacou que os resultados do convênio serão oportunamente divulgados,
273 evitando dispêndio de recursos em iniciativas paralelas já em andamento. Encerrado o
274 tempo regulamentar da Tribuna Livre, o Secretário executivo abriu espaço para direito de
275 resposta, permitindo considerações adicionais. A Sra. Danielle Teixeira Tortato
276 (GEBH/IAT) manifestou-se informando que o Governo do Estado também está
277 providenciando ações relacionadas às águas subterrâneas. Esclareceu que existem dois
278 projetos em andamento com financiamento do Banco Mundial: um já em execução e outro
279 a ser assinado. Ambos visam à constituição de uma rede estadual de monitoramento



**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

280 qualiquantitativo das águas subterrâneas e dos diversos aquíferos do Estado, com o apoio
281 da Sanepar, que cederá alguns poços para a implementação da rede. Ressaltou que, além
282 disso, o Estado contará com sua própria rede de monitoramento. Com a palavra, o Sr.
283 Ricardo Lorezon: Assim como o Herman mencionou o desconhecimento sobre as águas
284 subterrâneas, acredito que também exista um desconhecimento em relação às águas
285 superficiais. A gestão dos recursos hídricos, hoje, é parcial preocupa-se apenas com as
286 áreas de descarga das águas superficiais, enquanto as áreas de recarga, relacionadas ao
287 uso do solo, são completamente desconsideradas na gestão. Por isso, me preocupa
288 quando o Pedro Dias, fala sobre a cobrança pelo uso da água, pois a captação para
289 irrigação não é, de fato, um uso consultivo da água. O verdadeiro uso consultivo está no
290 mau uso do solo. É possível irrigar e, ainda assim, aumentar a disponibilidade e a vazão
291 de estiagem de uma região, desde que haja boas práticas de manejo do solo. Nesse
292 sentido, me incomoda a ideia de uma política de taxaço, especialmente quando há algum
293 tempo já se desenvolvem políticas positivas de pagamento por serviços ambientais (PSA).
294 Acredito que poderíamos avançar nessa direção, criando mecanismos que coibam o mau
295 uso do solo e, ao mesmo tempo, permitam que os recursos do Fundo Estadual de
296 Recursos Hídricos sejam aplicados em iniciativas de PSA, conforme previsto em lei. As
297 boas práticas de manejo, como os arte e nível manejo e de conservação definidos pela
298 Embrapa, ou programas como o Produtor de Água, da ANA, são exemplos reconhecidos
299 de uso sustentável do solo, que contribuem para a produção de água. Portanto, reforço a
300 importância de priorizarmos esse enfoque positivo o incentivo às boas práticas em vez de
301 uma política meramente de taxaço. Muito obrigado pelo tempo concedido. Com a palavra
302 o Sr. Herman: Vamos partir da metodologia que está sendo utilizada pela Sanepar, São
303 poços bem construídos, com bons projetos. O problema seria 50% dos poços que não têm
304 estrutura adequada. É isso que precisamos conhecer melhor. Concordo plenamente com
305 o que o Sr. Lorenzon mencionou: temos grandes contaminações no meio urbano que
306 desconhecemos, temos grandes contaminações no meio rural, causadas por moléculas
307 cujo comportamento ainda não compreendemos totalmente. É esse tipo de estudo que
308 gostaríamos de realizar, o que certamente trará contribuições importantes para o
309 monitoramento que o IAT vem conduzindo com um trabalho louvável, pois poucos estados
310 possuem algo semelhante, talvez apenas São Paulo. Por isso, considero fundamental
311 termos uma visão global da situação, precisamos compreender as condições reais em que
312 nos encontramos. Com a palavra, o Presidente: Agradeço a manifestação do Sr. Herman
313 e informo que ele está convidado a realizar uma visita à SEDEST. Tanto ele, na posição
314 de diretor, quanto o Secretário Rafael Greca estão à disposição e com muita vontade de
315 recebê-lo. Sem dúvida, trataremos os recursos hídricos com a atenção e a importância
316 que merecem. Aproveito para mencionar alguns projetos que foi realizado na Prefeitura
317 de Curitiba, como a Reserva Hídrica, entre outros. Temos grande disposição para
318 trabalhar em parceria, e o convite para uma visita presencial está aberto. Agradeço
319 também a manifestação de todos os conselheiros. Registro meu repúdio à fala do
320 Conselheiro Luiz Arthur, pois me parece muito claro que a intenção dele não é permitir



**CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS - CERH
ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA do CERH**

321 que o bom trabalho do Conselho avance. Ele participou da reunião da Câmara Técnica,
322 debateu, assinou a ata e, agora, em plenário, se manifesta de forma contrária, o que
323 demonstra falta de coerência. Fica evidente que ele não quer que os trabalhos, projetos e
324 obras que estão sendo aprovados com recursos possam efetivamente acontecer.
325 Agradeço a participação de todos, desejo um bom final de sexta-feira e reforço que
326 permanecemos sempre à disposição dos conselheiros. Não havendo mais assuntos a
327 tratar, a reunião foi encerrada.